

# NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 30/Out



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1850 | 2017



## 9º Congresso da CNTV elege nova diretoria para os próximos quatro anos



Nova diretoria assume em 1 de fevereiro de 2018. Mandato vai até 2022.

Dirigentes sindicais de todo o país elegeram no sábado (28) a diretoria que estará à frente da CNTV no quadriênio 2018-2022. Para a presidência foi reeleito o atual presidente da entidade e também presidente do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, José Boaventura, e a secretaria geral permanece com o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, Cláudio José. Já a secretaria de Finanças será assumida pelo vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF, Regivaldo Nascimento.

A nova diretoria assume os cargos em 1º de fevereiro de 2018.

Para o presidente reeleito José Boaventura, a nova diretoria tem à frente desafios como os ataques às conquistas dos trabalhadores. “Não temos alternativa, senão enfrentar”, reforçou. “Nossa eleição é justamente a continuidade desse chamamento para enfrentar esses desafios atuais. São mais de 25 anos de lutas e, mais do que nunca, precisamos reavivar esse compromisso. Não

há espaço para recuo”, destacou Boaventura.

Boaventura destacou ainda o sucesso do Congresso, que municiou os trabalhadores do setor com propostas que de fato orientam a avançar na luta e não aceitar retrocessos. “O Congresso mantém a energia e vigor da categoria, dessa parte viva do movimento sindical. A parte que entregou os pontos aos patrões nós não contabilizamos”, afirmou.

### ***Estatuto da Segurança Privada***

No primeiro dia do Congresso Nacional dos Vigilantes, durante a participação do senador Paulo Paim, os delegados presentes aprovaram a proposta de Paim de tentar levar o texto do Estatuto da Segurança Privada para votação em Plenário o mais rápido possível. Isso só foi possível graças à forte atuação da CNTV em defesa da categoria. O diálogo com a Contraf-CUT, Polícia Federal e todos os outros envolvidos no debate no Senado Federal, garantiu que fosse retirado do texto itens que eram prejudiciais aos trabalhadores.

A deputada federal Erika Kokay falou sobre a tentativa de inserirem a atividade bancária – e com isso a segurança – como assunto de interesse nacional. “É contraditório dizer que uma atividade é essencial, mas que não pode ter um piso nacional. Não faz sentido um vigilante de um órgão ter um salário e outro trabalhador do mesmo órgão, mas em outro Estado ter um salário completamente diferente”, criticou. “Mais do que a defesa do patrimônio, nós queremos é a defesa da vida. A vida ninguém repõe e vigilante é protetor da vida”, concluiu.

### ***Compromisso de luta pelos vigilantes***

Durante o evento, os vigilantes aprovaram a carta-compromisso para 2018, com orientações para as entidades filiadas e compromissos assumidos para a agenda do próximo ano. A luta pelo piso nacional de

R\$ 3 mil, a construção de negociação coletiva unificada nacionalmente e o não-parcelamento do 13º ou outros direitos dos trabalhadores fazem parte do documento. A CNTV também reiterou a orientação de não assinar qualquer tipo de acordo ou convenção que reduza o salário dos vigilantes.

### ***Negociações coletivas***

Segundo o supervisor Técnico do Dieese, Max Leno, o cenário é desfavorável, mas é necessário resistir. Mesmo com a crise, houve saldo positivo em relação aos reajustes e piso salarial. O estudo mostrou ainda que nos últimos dez anos os vigilantes obtiveram crescimento significativo nas negociações. “O cenário é complicado para toda classe trabalhadora, diante disso, é necessário que seja encontrada uma solução conjunta e a luta para intensificar a atuação sindical é uma das saídas possíveis para garantir e defender os direitos”, explicou.

### ***Reforma Trabalhista e Previdenciária***

Paim denunciou as reformas empurradas pelo governo golpista de Temer e seu ataque descarado aos trabalhadores. Segundo ele, especificamente sobre a reforma previdenciária, o nível é tão baixo que até mesmo os idealizadores da Reforma começaram a recuar. “Escreveram tanta bobagem que começaram a voltar atrás e a falar em flexibilização. Eu não quero flexibilização, eu quero é que não passe, e se continuarmos mobilizados e deixarmos bem claro para cada deputado e senador que quem votar nessa maldita reforma da previdência nunca mais vai se eleger para cargo nenhum, podemos parar essa nova tentativa de golpe contra os trabalhadores”, afirmou.

### ***Conjuntura Nacional e Internacional***

A necessidade de resistência, mobilização, organização e luta foram destaque no debate

sobre conjuntura nacional e internacional no 9º Congresso Nacional dos Vigilantes, realizado nesta quinta-feira (26), em Brasília. O ex-ministro da Previdência Ricardo Berzoini, o deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) Chico Vigilante e o presidente da CUT-GO, Mauro Rubens, foram os palestrantes.

Para Berzoini, a população está sendo diretamente afetada pelo golpe parlamentar e midiático orquestrado no Brasil. Os reflexos dos ataques à democracia já chegaram juntamente com o fim da soberania nacional e as nocivas reformas trabalhista e previdenciária. “O papel

do movimento sindical frente a esses problemas é intensificar a mobilização e batalhar para formar trabalhadores e trabalhadoras conscientes. Vivemos um período de completo estado de exceção, onde os direitos dos pobres são retirados diariamente em favorecimento dos interesses da minoria burguesa. Nossa luta deve ser constante. Vamos acabar com a perseguição à esquerda brasileira. O futuro do país está nas mãos da classe trabalhadora e a luta e unidade são a chave para barrar os retrocessos”, concluiu.

Fonte: CNTV

## Sindesv-DF entra com ação na justiça contra empresa de vigilância

O Sindesv-DF impetrou nesta sexta-feira (27) uma ação na Justiça do Trabalho contra a Ipanema Segurança.

O processo é para que a empresa cumpra imediatamente a Lei 4.794, a convenção coletiva e o edital da licitação para contratar serviços de vigilância privada pela Secretaria de Saúde.

O ajuizamento na justiça foi realizado em atendimento ao acordado em audiência de mediação realizada com a procuradora do Trabalho, Daniela Marques, na última segunda-feira. O deputado Chico Vigilante (PT) informa que a peça jurídica formulada pelo sindicato é robusta e demonstra confiança no rápido julgamento da ação.

“Em virtude da vasta documentação apensado ao pedido, temos muitas chances de sairmos vitoriosos na esfera judicial”, avalia o distrital.

**O caso**

– No mês de agosto, as empresas Visan, Aval, Ipanema e Brasília Segurança foram declaradas vencedoras da licitação para o serviço com valor de mais de R\$ 211 milhões e, de acordo com a Lei 4.794, as empresas vencedoras deveriam aproveitar os vigilantes das empresas anteriores.

No entanto, a empresa Ipanema, com a omissão da secretaria, se nega a cumprir a lei e as disposições expressas no edital, levando centenas de vigilantes a ficarem desempregados.

Na visão dessa empresa, o vigilante é propriedade da firma e pode ser realocado para quaisquer áreas de acordo com a vontade da companhia.

No entendimento do Sindicato dos Vigilantes, a lei é clara e a empresa Ipanema é obrigada a cumpri-la.

Fonte: Chico Vigilante

# Justiça condena Spider por atrasos de salários



Empresa ainda pode recorrer da sentença, que determina pagamento de danos morais e multa

Às vezes alguns vigilantes que perguntam o que o sindicato faz em relação aos atrasos de salários, como tem acontecido no caso dos trabalhadores da Spider Vigilância. Quem acompanha nossas notícias sabe que o sindicato faz tudo ao seu alcance, tudo o que a lei permite: cobra da empresa, denuncia ao contratante, faz protestos e, quando nada disso resolve, aciona a Justiça do Trabalho. Às vezes demora, mas o resultado aparece.

Temos um bom exemplo agora, com a própria Spider, que foi condenada na 26ª Vara do Trabalho, na sentença de um processo movido pelo Sindivigilantes do Sul, a pagar R\$ 2 mil de indenização por dano moral a todos os vigilantes do posto da Fundação de Assistência Social e Comunitária (Fasc), em função dos atrasos dos pagamentos dos salários de setembro, outubro e novembro de

2016.

Pelo mesmo motivo, a empresa também recebeu da juíza Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim a determinação de pagar aos trabalhadores a multa prevista na cláusula 16ª da Convenção Coletiva de 2016/2017. NO ENTANTO A EMPRESA AINDA PODE RECORRER da sentença.

“É muito provável que empresa vá usar do recurso que ainda lhe cabe, para tentar reverter a sentença e ganhar tempo”, diz o diretor Marlon Costa. Mas o Sindivigilantes também vai entrar com recurso porque a juíza não concedeu o pagamento direto da Fasc aos vigilantes, como o sindicato solicitou.

“Não queremos que a Fasc repasse o dinheiro para a Spider, mas que vá direto para as contas dos trabalhadores, frente aos constantes atrasos de salários”, afirma o advogado Maurício Vieira da Silva, do Departamento Jurídico do sindicato. Quanto aos atrasos salariais ocorridos em 2017, ele explica que trata-se de outro processo na Justiça Trabalhista, com os mesmos objetivos.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# No Maranhão, decreto determina que agências bancárias contratem vigilância armada 24 horas



Fica decretado que é obrigatória a manutenção do serviço de vigilância armada durante as 24

O governo do Maranhão, publicou o Decreto de Nº 33.464, no dia 18 de outubro de 2017, o qual regulamenta a Lei nº 10.605, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre a contratação de vigilância armada para atuar 24h (vinte e quatro horas) por dia nas Agências Bancárias Públicas e Privadas, inclusive em finais de semana e feriados, e dá outras providências.

Fica decretado que é obrigatória a manutenção do serviço de vigilância armada durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive nos finais de semana e feriados, nas agências e instituições bancárias, públicas e privadas, ou nas cooperativas de crédito, na forma do disposto na Lei Estadual nº 10.605.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública –

SSP deverá oferecer às instituições de que trata este Decreto as condições técnicas necessárias para o funcionamento do sistema de pânico previsto no § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 10.605, de 28 de junho de 2017, ficando as despesas decorrentes da instalação desse sistema a cargo de cada instituição bancária.

A responsabilidade da fiscalização e aplicação das sanções previstas no art. 3º da Lei Estadual nº 10.605, caso, seja descumprida as medidas do decreto, ficará a cargo do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão – PROCON/MA.

Fonte: Caxias Online

# Tentativa de assalto deixa um vigilante baleado e um morto, em Niterói



Tentativa de assalto deixou um vigilante morto em Niterói

Uma tentativa de assalto a um carro forte no Centro de Niterói, na Região Metropolitana do Rio, terminou em morte na manhã deste sábado. Por volta das 10h, Dois vigilantes foram baleados e um deles morreu no local, segundo informou o 12º Batalhão de Polícia Militar (BPM).

A intensa troca de tiros ocorreu nas proximidades do Terminal Rodoviário João Goulart, levando pânico também a quem estava no Shopping Bay Market, que fica ao lado.

“Peguei o início do tiroteio, foram muitos tiros e o povo correndo e se jogando no chão. A coisa foi feia”, escreveu um usuário do Facebook.

Após os relatos de tiros, o Corpo de Bombeiros foi acionado para uma ocorrência, na Avenida Visconde do Rio Branco, para atender o vigilante ferido. A assessoria de imprensa da Polícia Militar informou, por meio de nota, que a ocorrência está em andamento e equipes do 12º BPM (Niterói) e do 7º BPM (São Gonçalo) estão fazendo o cerco tático para tentar localizar e prender os criminosos que, armados, tentaram roubar um carro forte.

É possível ouvir o barulhos dos tiros em vídeos em que estão circulando na web. Segundo relatos

nas redes sociais, os tiros foram escutados por pelo menos 15 minutos. Outra imagem da situação mostra uma mulher nervosa ao escutar os tiros de sua janela. As imagens foram enviadas ao GLOBO pelo leitor Andre Lobo.

Uma das pessoas que entrou em pânico no momento do assalto foi a fisioterapeuta Ana Lídia Salgado, de 53 anos, que passava de carro em direção ao mercado de peixe.

— Eu ainda choro quando lembro o que passamos. Nas barcas, as pessoas deitadas nas calçadas, se protegendo atrás de bancas de revistas, as lojas fechavam as portas. Seguimos no trânsito ao meio do tiroteio. Pessoas de atravessavam na frente do nosso carro pedindo para parar, mas também queríamos sair dali — afirmou Ana.

A moradora de Três Rios, que costuma visitar o namorado em Niterói, disse que viu policiais numa viatura disparando nos pneus de um ônibus

— Saímos dali em direção ao nosso destino em estado de choque — contou.

Já Eduarda Diniz Maia, de 19 anos, que estava indo para Icaraí no momento dos tiros, disse que, assustada, entrou no primeiro ônibus que viu e conta que, por sorte, ele a deixou perto do local para onde estava indo.

— Minha filha hoje faz 10 meses. Ela estava comigo na hora. Estávamos na parte do terminal onde tem as lojas, quando ouvi um barulho forte, mas não sabia o que era. Algumas pessoas vieram na minha direção dizendo: “Corre que é troca de tiros!” Foi uma coisa horrível porque minha prioridade era proteger minha filha. Eu pensei que ia morrer — disse Eduarda ao EXTRA.

Fonte: Extra

# FST: portaria sobre “trabalho escravo” retroage o Brasil ao tempo da senzala



O Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, que congrega 22 Confederações nacionais laborais, urbanas e rurais, públicas e do setor privado, representativas de centenas de federações, milhares de sindicatos e milhões de trabalhadores aposentados e a sociedade civil organizada, vem a público manifestar seu mais veemente repúdio à Portaria Ministerial (MTE) 1.129/17, publicada pelo governo Temer na última semana, que, na prática, retroage o Brasil ao tempo da senzala.

A medida limita a fiscalização, dificulta as denúncias e ações de flagrante e blinda os empresários praticantes do crime, ocultando seus nomes da ‘Lista Suja do trabalho escravo’. Além disso, anula “condições degradantes de trabalho” e condiciona essa situação apenas à “privação da liberdade de ir e vir”.

As novas regras de Temer compõem pleito antigo da bancada ruralista no Congresso e foi editada às vésperas da votação de denúncia contra

o presidente na Câmara dos Deputados, numa clara ação de moeda de troca para agradar escravagistas e beneficiar o presidente. Representante da bancada ruralista e do agronegócio no país, o ministro Blairo Maggi chegou a comemorar a iniciativa governamental.

O Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF) e a Procuradoria Geral da República, Associações de Juizes e Advogados do Trabalho, Sindicato dos Auditores Fiscais e artistas já se manifestaram pedindo a revogação imediata da Portaria, considerada ilegal e inconstitucional, pedido ao qual nos somamos pela iniquidade da medida.

Apelamos, também, à Organização Internacional do Trabalho (OIT) pois a referida Portaria afronta as convenções internacionais às quais o Brasil é signatário.

**NÃO AO TRABALHO ESCRAVO!**

Fonte: FST

Expediente:  
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Leidiane Souza  
Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143  
SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF